

Educação

Uma revolução tranquila

Impulso reformista e cortes na despesa

Carlos Flohais

QUANDO, em Junho de 2011, Nuno Crato, o novo ministro da Educação e Ciência tomou posse, houve quem tentasse uma revolução radical. Mas está a haver o que se pode chamar uma revolução tranquila. O ministro tem, sem dúvida, um impulso reformista, mas, em vez de "implodir" o ministério, tem actuado com prudência e tacto. Não tem, de resto, à sua disposição grandes meios. As severas restrições orçamentais impostas pelo acordo com a troika impedem mudanças que exijam investimentos de vul-

mas apenas reduzidas. Assim, a autonomia das escolas, apesar de nominalmente acrescida, é ainda bastante limitada. O ministério fortaleceu o papel dos directores das escolas e apregou a liberdade de escolha pelas famílias, mas não conseguiu ainda, por exemplo, aumentar o papel das escolas privadas. Portugal está ainda longe de modelos de outros países com sistemas educativos descentralizados.

Era também conhecida a vontade do ministro de promover a exigência nas escolas. Tal começou a ser feito com a introdução de provas finais no 2.º ciclo do ensino básico a Língua Portuguesa e Matemática, de início a contar apenas 25% para a nota final, e a introdução de provas finais no 1.º ciclo (onde antes havia apenas "provas de aferição") no próximo ano lectivo. O intuito é reforçar a avaliação externa do sistema, embora o processo continue a ser gerido pelo Gabinete de Avaliação Educacional do Ministério. Os exames nacionais do 9.º e 12.º anos decorreram como até agora, sem grandes alterações das médias, continuamente baixas em Matemática e Física. Aguarda-se para ver que mais exames haverá, que resultado terá esse reforço de avaliação na qualidade do sistema, e de que modo será resolvido o problema de "darwinismo social" que uma reprovação excessiva poderá configurar.

No que respeita ao currículo, foi revogado o documento orientador do ensino básico, escrito numa linguagem conhecida por *edukigés*, que reflectia uma ideologia romântica, com base em conceitos como os de "ensino centrado no aluno", "aprender a apre-

nder", "aprendizagem por descoberta", etc. Invocando a necessidade de diminuir a dispersão, foi alterada a matriz curricular do 2.º e 3.º ciclos do básico e ainda o do secundário, reforçando disciplinas chamadas estruturantes, como a Matemática, o Português, o Inglês, as ciências, em detrimento de disciplinas sem programa, como *Estudo Acompanhado* e *Área de Projecto*. Começaram a ser definidas metas curriculares, que, sem mudar o essencial dos currículos, procuraram especificar de modo simples e claro o que é exigido aos alunos em cada ano.

Na sequência de decisão anterior, consolidou-se a escolaridade obrigatória até aos 18 anos. Um ponto sensível que o actual governo não enfrentou plenamente foi o currículo único até ao 9.º ano. A aposta no ensino profissional tem sido mais badalada do que concretizada. A ajuda das empresas não é ainda a suficiente. Pairei aliás, a este respeito, o espectro do regresso ao ensino técnico-profissional de antes do 25 de Abril, que alguns associam a divisão social, não existindo sobre o assunto um acordo dos principais partidos. Mas parece claro que, para enfrentar o terrível problema do abandono escolar, é necessário um reforço de vias profissionais menos mais cedo no secundário, mas logo no básico, com a salvaguarda da opção de possibilidade de mudança de nível de ensino. Sem estas opções não académicas, dificilmente se resolverá o problema dos alunos sem aproveitamento. No que concerne ao comportamento escolar, o novo Estatuto do Aluno permitia progressos.

O novo ministro foi bem recebido pelos professores, mas, no contexto da crise económico-financeira, a motivação não tem sido grande nas escolas. Resolvida rapidamente no papel, por acordo com mais de metade dos sindicatos do sector, a questão da avaliação do desempenho docente, à qual tinha sido oposta enorme resistência, deixou no terreno muitas questões, que têm levado à desmotivação dos professores. O modelo de avaliação foi simplificado, mas não é nítido que ele conduza à promoção dos melhores e, assim, à desejável melhoria do sistema. A avaliação foi política e mediaticamente sobrevalorizada. A desmotivação dos docentes é agravada pelos cortes salariais que sofreram, como todos os trabalhadores da Função Pública. Foi anunciado por um governo anterior, mas ainda não operacionalizado, o exame de acesso à carreira docente, uma medida sensata mas fácil de concretizar agora, numa altura em que há menor procura de cursos de formação de professores. Tal prova revela-se hoje indispensável face às grandes disparidades das formações iniciais e aos critérios cegos usados até agora para contratar docentes. Em resultado não só da queda demográfica, mas também de medidas de poupança, como o agrupamento de escolas (que já vinha de governos anteriores), a diminuição de disciplinas e de tempos lectivos, e o ligeiro aumento do número de alunos por turma, aumentou o desemprego dos professores. No processo da colocação de docentes tem sido notória alguma confusão, que não será apenas informática. Defendendo os seus afilia-

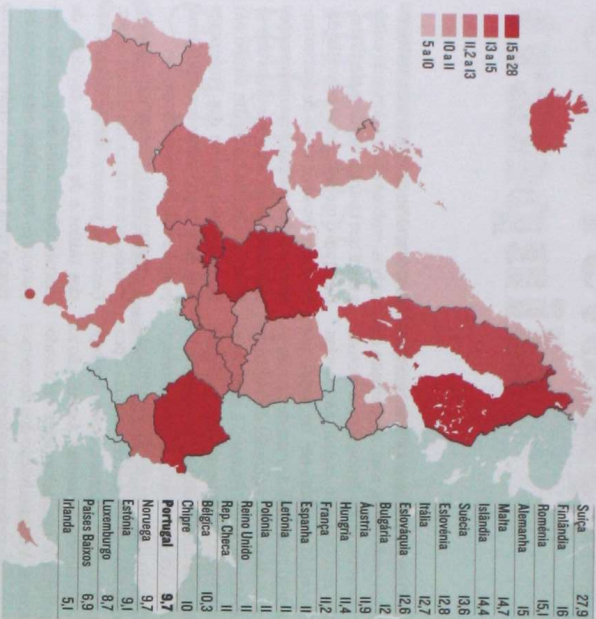
dos, os sindicatos continuam reivindicativos, embora estejam longe de exibir a força que tiveram na rua quando contestaram o modelo inicial de avaliação. Multiplicam-se os sinais de descontentamento dos professores relativamente à acção sindical. Algumas vozes têm-se levantado desde há algum tempo em favor de uma Ordem dos Professores que, sem se substituir aos sindicatos, pudesse valorizar a profissão.

Pararam os investimentos megalómanos, como não podia deixar de ser. Cessou o projecto, demagógico a vários títulos e de eficácia duvidosa, de distribuição gratuita ou quase de computadores Magalhães, estando em extinção uma fundação onde o governo de José Sócrates colocou para esse fim avaliados recursos. Por outro lado, foram drasticamente diminuídos os trabalhos de verbas e dívidas na gestão, foram criadas para reconstrução de escolas pelo mesmo governo. O programa Novas Oportunidades, para concessão de equivalências de graus escolares a percursos de vida, que tinha sido muito criticado na campanha eleitoral, entrou em regresso, mas não foi ainda desse programa, depois de o governo achar, justamente, que não havia uma melhoria ao nível da qualificação, mas apenas, quando muito, um incremento da auto-estima individual.

Quando ao ensino superior, o governo fez cortes que se acumularam a cortes anteriores, ao mesmo tempo que procura, invocando o valor da estabilidade, manter o sistema nos seus aspectos essenciais, enquadrados por

Educação

MÉDIA DO NÚMERO DE ALUNOS POR DOCENTE NO ENSINO SECUNDÁRIO EM 2010



EVOLUÇÃO DO TOTAL DE ALUNOS NO SISTEMA DE ENSINO

Ano	Ensino pré-escolar		Ensino básico		Ensino secundário		Ensino superior	
	Total	Regular	Total	Regular	Total	Regular	Total	
1961	6.528	985.299	13.116	27.028				
1970	15.153	1.129.395						
1980	80.373	1.497.095	169.516	80.919				
1990	161.629	1.476.131	309.588	157.889				
2000	228.459	1.176.486	363.730	373.745				
2001	235.610	1.182.535	339.091	387.703				
2002	241.288	1.199.218	317.726	386.601				
2003	247.521	1.125.164	302.804	400.831				
2004	253.635	1.118.071	301.57	395.065				
2005	259.789	1.105.934	303.595	380.937				
2006	262.002	1.112.625	279.091	367.312				
2007	263.887	1.112.719	288.390	366.729				
2008	266.158	1.095.609	293.875	376.917				
2009	274.628	1.078.091	311.865	373.002				
2010	274.387	1.071.021	321.520	383.627				
2011	276.125	1.060.794	323.835	386.288				

legislação recente. Os reitores das universidades têm razão quando afirmam que estão a ser tratados por igual. Instâncias de comportamento muito diferente, pois não se conhecem casos de má gestão do ensino superior público. Apesar de o ministro ter sido crítico do processo de Bolonha, conducente à uniformização no espaço europeu do ensino superior, que tinha adoptado a mesma linguagem do "ediques" vigente no básico e secundário, não se registaram nessa área grandes mudanças, até porque dificilmente poderia haver. Uma das alterações nas escolas superiores foi a desistência, motivada pelo aperto das finanças, do modelo de fundação que algumas universidades (Porto, Aveiro e ISCTE) tinham adoptado por sugestão governamental. E, das bases, surgiu a proposta de uma grande universidade em Lisboa, reunindo a Clássica e a Técnica, que poderá per-

mitir a criação de uma universidade de referência internacional, com dimensão e qualidade. Continua a ser apontado o excessivo número de instituições e de cursos superiores e alguma ineficácia na separação entre universidade e politécnicos. Foram notória os apoios da acção social escolar, existindo um número significativo de alunos com propinas atrasadas ou a desistir da frequência dos seus cursos. Finalmente, um sério revés para o governo foi o certo o anúncio de que o ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares, Miguel Relvas, tinha obtido um curso quase apenas por equivalências. O ministro, pressionado pela opinião pública, mandou instrair um inquérito do qual se aguardam os resultados. Mesmo que o inquérito revele que não houve irregularidades formais, a posição política de Relvas ficou bastante frágil.

Embora o ministério se chame agora da Educação e Ciência não se notaram mudanças na articulação entre os ensinos secundário e superior, continuando o mesmo sistema nacional de acesso. As universidades não têm, portanto, uma palavra na escolha dos seus alunos. Inovação digna de registo em prol da aliança entre ciência e educação foi a criação de um programa nacional Ciência na Escola, cuja acção e resultados se aguardam.

Passou só um ano. Há muito por fazer na educação e a revolução vai, de certo, continuar.

Ciência

25 anos de ciência em Portugal

Uma história de sucesso, um êxito incompleto

Carlos Folhais

guintudo, nesse indicador, a um lugar de destaque na Europa. A expansão da ciência em Portugal deu-se, como não podia deixar de ser, num quadro de forte internacionalização da ciência nacional. O país passou a integrar grandes laboratórios e consórcios internacionais.

Outros indicadores complementam o que foi dito sobre o investimento, podendo os mais relevantes ser consultados na Poddata. Por exemplo, em 1986 havia 1,2 investigadores por cada mil activos (Fig. 3) mas, em 2010, já havia 8,2, valor que deve ser comparado com 6,5, a média da União Europeia, isto é, ultrapassamos a média europeia do número de investigadores. A nossa quota feminina na investigação também se destaca a nível europeu, em reflexo do notável aumento do papel das mulheres em Portugal após 1974. Por outro lado, em 1986 foram publicados 6,6 artigos científicos por cem mil habitantes (Fig. 4), ao passo que em 2010 esse número já era de 121,3, próximo da média europeia.

O crescimento da I&D só foi possível graças a consideráveis financiamentos vindos da União Europeia. Mas é justo reconhecer que também se deveu à capacidade que os sucessivos governos, alguns mais do que outros, fizeram de uma pequena fatia desses investimentos em favor do progresso nessa área. Num país onde a ciência não tinha grande peso histórico e onde a tecnologia era tradicionalmente importada em vez de desenvolvida localmente, o edifício científico português só foi erigido nas últimas décadas. Em 1995 foi criado o Ministério da Ciência e Tecnologia e, no ano seguinte, a Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), o "braço ar-

HOUVE uma explosão da ciência em Portugal de 1986 a 2011, após a entrada do país na União Europeia. Há mais cientistas do que jamais houve e há mais artigos científicos. Tal se deve a um substancial acréscimo de investimento em Investigação e Desenvolvimento (I&D) que, no ano de 2008, ultrapassou 1,5% do PIB nacional (Fig. 1), elevando-nos da situação no fundo dos *rankings* internacionais em que estávamos para um lugar que, não sendo ótimo na cena europeia, pelo menos já não nos envergonha.